

INGO WOLFGANG SARLET
TIAGO FENSTERSEIFER

**princípios
do direito
ambiental**

2ª edição
2017

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-472-1612-2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato**Presidente** Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Bruna Schindwein Zeni**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Guilherme H. M. Salvador

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Mônica Landi

Surane Vellenich

Tatiana dos Santos Romão

Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Perfekta Soluções Editoriais**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva**Capa** William Rezende Paiva**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Vox Gráfica

Sariet, Ingo Wolfgang

Princípios do direito ambiental / Ingo Wolfgang Sariet e
Tiago Fensterseifer. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito ambiental - Legislação - Brasil I. Título. II. Fensterseifer, Tiago.

16-1585

CDU 34:502.7(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Legislação : Direito ambiental 34:502.7(81)(094)

Data de fechamento da edição: 16-2-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 603185 CAE 619461

SUMÁRIO

<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Nota dos autores à 2ª edição</i>	15
<i>Nota dos autores à 1ª edição</i>	19
<i>Prefácio</i>	21
Introdução: classificação, funções, eficácia e aplicabilidade dos princípios em matéria ambiental	25
1. Princípio do estado (socio)ambiental de direito.....	37
2. Princípio do federalismo cooperativo ecológico.....	47
2.1. Considerações gerais sobre o princípio do federalismo “cooperativo” ecológico	47
2.2. Princípio da subsidiariedade como expressão do federalismo cooperativo ecológico.....	53
3. Princípio da dignidade da pessoa humana e sua <i>dimensão ecológica</i>	59
3.1. Breves considerações acerca do conceito e conteúdo normativo do princípio (e valor) constitucional da dignidade da pessoa humana.....	59
3.2. A dimensão ecológica do princípio da dignidade da pessoa humana	62
4. Princípio da dignidade do animal não humano e da vida em geral	71
5. Princípio da solidariedade.....	87
5.1. O princípio da solidariedade como marco jurídico-constitucional do estado (socio)ambiental de direito	87
5.2. Solidariedade entre estados e cidadãos de diferentes estados	94
5.3. Solidariedade entre diferentes gerações humanas (e o princípio da equidade intergeracional).....	96
5.4. Solidariedade entre espécies naturais?.....	100

6. Princípio da responsabilidade em face das presentes e das futuras gerações	103
7. Princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador.....	113
8. Princípio do desenvolvimento sustentável.....	119
8.1. Considerações gerais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável	119
8.2. Os três pilares (social, econômico e ambiental) da sustentabilidade	127
8.3. Princípio do consumo sustentável: o dever jurídico de consumir produtos e serviços ecologicamente sustentáveis.....	130
9. Princípio da função ambiental da posse e da propriedade	139
10. Princípio da participação pública.....	151
10.1. Introdução: considerações preliminares sobre a democracia participativa no estado (socio)ambiental de direito	151
10.2. Os três pilares do princípio da participação pública em matéria ambiental a partir da declaração do Rio (1992) e da Convenção de Aarhus (1998)	160
10.2.1. Notas preliminares.....	160
10.2.2. A participação pública no processo de tomada de decisões em matéria ambiental	162
10.2.3. O acesso à informação ambiental.....	174
10.3. O acesso à justiça em matéria ambiental como garantia da participação pública.....	188
10.3.1. O direito à assistência jurídica das entidades ambientalistas e das pessoas vulneráveis em matéria ambiental	198
10.4. Educação ambiental.....	202
10.4.1. Educação em direitos ecológicos.....	204
11. Princípio da prevenção	209
12. Princípio da precaução	215
13. Princípio da cooperação (nacional e internacional)	225
14. Princípio da não discriminação e do acesso equitativo aos recursos naturais.....	231

15. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	239
15.1. Considerações gerais sobre os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade	239
15.2. A proporcionalidade entre proibição de proteção insuficiente e proibição de excesso (e a inconstitucionalidade das medidas – legislativas e administrativas – violadoras do direito fundamental ao ambiente)	252
16. Princípio da proibição de retrocesso ambiental	259
<i>Referências</i>	273